

EDITORIAL

Universidade em destaque

Projeto desenvolvido pelo Curso de Engenharia Florestal, com apoio da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) e sob coordenação da Embrapa Florestas, faz testes entre plantas nativas do cerrado e outras espécies para descobrir como elas interagem entre si e quais podem ser cultivadas juntas em reservas legais. É objetivo mostrar aos produtores rurais que a área da reserva legal pode ser produtiva e até financeiramente rentável.

Em Catalão, o professor Serigne Ababacar desenvolve primeiro projeto de cooperativismo a ser financiado pelo CNPq. A intenção é levar a pesquisa para todo o Estado de Goiás e promover a conscientização, principalmente entre produtores rurais, sobre a existência das cooperativas e de que elas são alternativas democráticas aos bancos convencionais.

A ex-presidente Maria Ieda Burjack relembra as lutas políticas. A compra do espaço onde atualmente é a Sede Campestre foi feita no período em que ela era presidente do sindicato.

A Conape discutiu a Emenda Constitucional 95 e o PNE. O Proifes-federação elaborou carta contra os cortes em programas sociais e políticas públicas que serão feitas, após a greve dos caminhoneiros, em maio.

Na temática do mês, o JP traz cinema brasileiro. O olhar do espectador mudou, para atrair a atenção do público, uma alternativa seria se basear nas técnicas de popularização da pornochanchada.

A professora Silvana Belline, da Cidade de Goiás, recebeu três prêmios no FICA, pelo seu primeiro curta-metragem, o Diriti de Bdè Burè.

Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Cerrado em foco

Engenharia Florestal tem projeto sobre recuperação de reservas a produtores rurais do cerrado

Páginas 8 e 9

Guilherme Fernandes



TRAJETÓRIA: *A rebeldia de Jane Sarques na juventude*

Página 16

Bárbara Zaiden



40 ANOS: *Sede Campestre foi adquirida na presidência de Maria Ieda Burjack*

Página 13

Catalão

Professor Serigne Ababacar desenvolve projeto sobre a relevância das cooperativas

Página 6

TEMÁTICA DO MÊS



Professora Silvana Belline tem filme premiado no 20º FICA

Página 10

CORTES

Proifes-federação se posiciona contra medidas do governo federal

Página 12

prestação de contas

Abril de 2018

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	329.155,06
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	1.122,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.719,56
1.4	Receitas Financeiras	7.947,08
1.5	Outras Receitas	1.504,70
1.6	Resgate de aplicações financeiras	0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	0,00
Total R\$		341.448,40

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	48.162,53
2.1.2	Encargos Sociais	32.893,35
2.1.3	Seguro de Vida	649,67
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	1.833,85
2.1.5	Ginástica Laboral	550,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	8.264,86
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	736,32
Total R\$		93.090,58

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.995,63
2.2.2	Despesas com Correios	3.064,59
2.2.3	Energia Elétrica	3.956,28
2.2.4	Honorários Advocatícios	7.822,00
2.2.5	Honorários Contábeis	3.815,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	914,35
2.2.7	Serviços Gráficos	3.662,50
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.450,48
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.212,94
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	3.607,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.750,01
2.2.13	Serviços de Informática	1.553,95
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	870,01
2.2.15	Água e Esgoto	612,36
Total R\$		39.600,92

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	4.444,19
2.3.2	Despesas com Táxi	397,69
2.3.3	Despesas com Coral	4.555,11
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	2.267,84
2.3.5	Diárias de Viagens	15.355,00
2.3.6	Tarifas Bancárias	471,05
2.3.7	Lanches e Refeições	1.464,42
2.3.8	Quintart/Sabadart	12.860,48
2.3.9	Patrocínios e Doações	5.091,45
2.3.10	Manutenção de Veículos	4.303,32
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	7.698,54
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.800,16
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	8.263,00
2.3.16	Hospedagens Hotéis	2.716,95
2.3.17	Material de expediente	621,61
2.3.18	Outras despesas diversas	12.854,06
2.3.19	Manutenção e Conservação	3.323,34
2.3.20	Homenagens e Condecorações	2.200,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	3.384,17
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.959,40
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	145,61
2.3.24	Sextart/Festa do Professor Jataí	5.245,40
2.3.25	Festa do Professor Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Eleições	0,00
2.3.27	Despesas com manifestações	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	939,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	2.400,01
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	10.000,00
Total R\$		114.761,80

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	2.534,01
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	1.645,69
Total R\$		4.179,70

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	27.149,87
Total R\$		27.149,87

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$		278.782,87
3 Resultado do exercício 04.2018 (1-2)		62.665,53

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	6.680,10
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	13.082,60
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		19.762,70

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB	0,00
Total R\$		0,00

Total Geral dos Investimentos R\$		19.762,70
5 Resultado Geral do exercício 04.2018 (3-4)		42.902,83

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

**Re-pensando... A universidade**

A UFG, em sua ancestralidade medieval, transformou um grupo de professores (3) e de pensionistas (5) (ao todo seriam 17) em vítimas de seu lado inquisitorial. Em momentos quase históricos os algozes se impuseram às vítimas: estas eram ora maiores de 60 anos, ora de 70, ora de 80, ora enfim, de 90 anos. E o Estatuto do Idoso?

Primeiro momento: a UFG assumiu o papel de determinar a desativação de rubrica percebida em nossos proventos, denominada Decisão Judicial, a partir de fevereiro de 2018 (a ideia inicial era proceder ao desconto em outubro de 2017). Uma imposição de um Procurador Federal, cioso de sua competência.

Segundo momento: de repente a UFG se vê em maus lençóis, quando é questionada a respeito da verdadeira interpretação do art. 192 da Lei 8112, um benefício extinto em 1997, embora concedido aos que se aposentaram à ocasião da implantação do Regime Jurídico Único. Será que, no decorrer dos anos, a UFG soube interpretar bem o art. 192 ou preferiu agir em defesa do erário público, para se evitar o impacto financeiro em folha de pagamento?

Terceiro momento: agradeço à UFG por me tornar mais lúcido na interpretação da legislação, apesar de suas contradições. Instala-se o contraditório, ao menos teórico, mas não se aplica ao concreto.

Quarto momento: A desativação de rubrica só aconteceu porque uma ilustre professora, já aposentada, portadora do mal de Alzheimer (alzheimer) seria em letra maiúscula em respeito à língua alemã), não se recadastrou. Ora, se o recadastramento é um ato individual por que estendê-lo a um grupo?

Quinto momento: Não foi esquecida a possibilidade de acumulação do art. 62 com o art. 192. Um processo que só foi resolvido, embora tivesse iniciado em 1997, porque recorri ao Conselho Nacional de Justiça, em virtude do excesso de prazo.

Em conclusão: a UFG nos forneceu argumentos para o excesso de recursos, que deverão, fatalmente, afetar a sua política financeira.

Por que os Reitores não assumem a autonomia plena da Universidade, já que uma norma constitucional (art. 207) é superior em hierarquia a uma simples Lei?

Por Hélio Furtado do Amaral



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura
Diretora-Secretária

Daniel Christino
Diretor de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Thyago Carvalho Marques
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VI - Nº 47
junho de 2018

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Kalyne Menezes (JP 2636 GO)
Editora responsável

Bárbara Zaiden (JP 3228 GO)
Edição e reportagem

José Abrão (JP 3331 GO)
Reportagem

Bruno Destéfano
Guilherme Fernandes
Estagiários

Diagramação: Bruno Cabral

Data de fechamento: 12/06/2018

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
[@adufgsindicato](https://www.instagram.com/adufgsindicato)

www.adufg.org.br



Elias Menta
Macedo*

Igor Escher
Pires Martins*

Denúncias vazias e a limitação na atuação do professor [Parte 1]

Na quadra histórica em que a sociedade atualmente está situada vemos uma série de tensões e conflitos de direitos. Não raras as vezes, o conflito é estabelecido entre pessoas que realmente possuem seus direitos garantidos na Constituição ou mesmo em Lei Federal e é daí que se necessita de um intérprete para avaliar qual das partes em conflito terá a prevalência do direito assegurado, quando tais previsões se contrapõem.

Nesse sentido, vários foram os instrumentos criados pela administração pública visando garantir a devida e correta interpretação de dispositivos legais, bem como coibir eventuais excessos e/ou danos causados. Como exemplo de tais práticas temerosas citamos o assédio moral, sexual e/ou o abuso de autoridade. No âmbito da Universidade criou-se um importante canal de comunicação com a instituição, a Ouvidoria, que recebe denúncias, inclusive anônimas, contra todo(a) e qualquer servidor(a) da UFG, incluindo, como não poderia ser diferente, os professores e as professoras.

Por meio da experiência prática do departamento jurídico, verifica-se o crescimento do número de denúncias, em especial anônimas, que buscam somente mitigar a autonomia dos docentes dentro da sala de aula. Infelizmente, o importante instrumento que é a ouvidoria tem sido utilizado de forma estranha ao seu objetivo, em denúncias frívolas e sem qualquer amparo documental, que por vezes é oriunda de pessoas que abusam de seu direito de denunciar, causando um grave prejuízo ao professor, consequentemente, à Universidade.

Tal prejuízo é evidente, pois, no mínimo, o(a) servidor(a) terá que justificar o que aconteceu ou demonstrar que se trata de invenção, preocupando-se com questão totalmente alheia àquela prevista no tripé constitucional que alicerça a Universidade, ou seja, ao invés de se preocupar com o ensino, pesquisa e extensão, terá que se preocupar com sua defesa no infundado processo administrativo.

Fato é que há uma série de movimentos político/ideológicos/filosóficos que se contrapõem na discussão do que seria, ou não, correto no processo de ensino, todavia, parece-nos equivocado crer que há uma só verdade e por isso entendemos que a Universidade deve ser o mais plural possível, congregando as várias linhas de pensamento existentes, afim de que o discente, após conhecer e ter contato com as inúmeras formas de pensamento, possa se decidir por qual caminho lhe parece mais adequado seguir.

Outrossim, acreditamos que quanto mais aquele(a) que quer aprender estiver disposto(a) ao diálogo e ao convívio com as linhas de pensamento trazidas na sala de aula, melhor será seu domínio da matéria, ainda que para criticar ou apontar os equívocos que lhe pareçam existir nas formas de pensamento apresentadas.

Nesse sentido, O Ministro Roberto Barroso ao deferir cautelar na ADIn 5.537 suspendendo os efeitos da Lei nº 7.800/2016 do Estado do Alagoas, expressamente consignou em sua decisão:

37. Há uma evidente relação de causa e efeito entre o que pode dizer um professor em sala de aula, a exposição dos alunos aos mais diversos conteúdos e a aptidão da educação para promover o seu pleno desenvolvimento e a tolerância à diferença. Quanto maior é o contato do aluno com visões de mundo diferentes, mais amplo tende a ser o universo de ideias a partir do qual pode desenvolver uma visão crítica, e mais confortável tende a ser o trânsito em ambientes diferentes dos seus. É por isso que o pluralismo ideológico e a promoção dos valores da liberdade são assegurados na Constituição e em todas as normas internacionais antes mencionadas, sem que haja menção, em qualquer uma delas, à neutralidade como princípio diretivo.

Consignou ainda, no que se refere à liberdade de ensinar, que:

44. A liberdade de ensinar é um mecanismo essencial para provocar o aluno e estimulá-lo a produzir seus próprios pontos de vista. Só pode ensinar a liberdade quem dispõe de liberdade. Só pode provocar o pensamento crítico, quem pode igualmente proferir um pensamento crítico. Para que a educação seja um instrumento de emancipação, é preciso ampliar o universo informacional e cultural do aluno, e não reduzi-lo, com a supressão de conteúdos políticos ou filosóficos, a pretexto de ser o estudante um ser “vulnerável”. **O excesso de proteção infantiliza.[8]**

O desafio que se lança é a correta utilização do sistema da Ouvidoria por todos, buscando que haja, ao mesmo tempo, a plena liberdade de se efetivar denúncias e pedir providências para coibir abusos e que se evite que comunicações frívolas e sem qualquer amparo fático afete a vida e o bem estar dos servidores e servidoras, que diga-se de passagem têm sofrido efeitos deletérios, inclusive em sua saúde física e mental, por atos puramente irresponsáveis.

Para tanto, cremos que o anonimato e a não responsabilização é, infelizmente, a mola que propulsionam essa enxurrada de denúncias vazias, eis que se cria um sentimento de que “darei um trabalho” para esse ou aquela servidora e nada me acontecerá. Nesse sentido, parece-nos adequado que o nome dos denunciadores sejam preservados pela autoridade que recebe a denúncia, todavia, caso a denúncia se mostre frívola, vazia ou irresponsável, que imediatamente os nomes dos denunciadores sejam comunicados ao(a) denunciado(a) e se instaure um Processo Administrativo contra aquele que utilizou de má-fé a ferramenta da ouvidoria.

A crescente valorização da liberdade e autonomia do indivíduo, na sociedade atual, fizeram com que a autoridade do docente ficasse muitas vezes comprometida, sendo comumente confundida com violência e domínio. Por isso, a partir da última década, as instituições têm sido exortadas a trilhar novos caminhos administrativos e organizacionais, baseados na descentralização, autonomia e participação, sinalizando a origem de uma nova cultura escolar.

OBS: continua na página 4

“ Infelizmente, o importante instrumento que é a ouvidoria tem sido utilizado de forma estranha ao seu objetivo, em denúncias frívolas e sem qualquer amparo documental ”

Elias Menta
Macedo*Igor Escher
Pires Martins*

Denúncias vazias e a limitação na atuação do professor [Parte 2]

A ideia de não decidir ou não interferir no destino dos discentes, deixando para estes a construção dos seus próprios significados, não implica, contudo, que o docente não possa apresentar sua linha de pensamento para os estudantes, utilizando da autonomia inerente ao exercício do magistério, dentro da sala de aula, que são essenciais para que a construção e absorção do conteúdo lecionado se deem de forma efetiva e correta.

Através da experiência prática do departamento jurídico, verifica-se o crescimento do número de denúncias, em especial anônimas, que mitigam a autonomia do docente dentro da sala de aula, diminuindo o espectro de atuação deste sobre o aluno, que, não raras as vezes, abusa de seu direito de denunciar, causando um grave prejuízo ao professor, conseqüentemente, à Universidade e, por fim, a si mesmo, tendo um déficit de aprendizado ensejado pela coação injustificada do professor. Tudo isso motivado, por vezes, pelo sana de um único discente-denunciante, ou até mesmo seu desinteresse na matéria lecionada.

Assim, os professores continuam a perder seu espaço de liderança, fazendo com que seja questionada sua função, o que implica em uma grande perda para a sociedade, vez que a Universidade é o mais importante canal para a produção de conhecimento e inovação científica.

A reiterada conduta de utilização indevida e equivocada do bom instrumento da ouvidoria, causam apenas desestímulo à prática docente, que já enfrente grandes desafios e obstáculos impostos pela crise e corte orçamentário, conduta adotada pelo atual governo, mesmo quando a experiência internacional aponta que para se superar uma crise econômica há que se incrementar o investimento em educação, pesquisa, inovação e produção científica.

A Constituição Federal e legislação infraconstitucional, não obstante, dão suporte para uma atuação autônoma e independente do professor, garantindo a este a máxima autonomia dentro da sala de aula. Legalmente, observamos que a gestão democrática está amparada pela Constituição Federal (art. 206, VI), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 56, da Lei nº 9.394/1996) e também pelo Plano Nacional de Educação (art. 2º, da Lei nº 13.005/2014).

O que mais se destaca nos enunciados normativos é a centralidade da gestão e do gestor escolar, os quais devem “responsabilizar-se não apenas pelo desenvolvimento do sistema escolar, mas também pela realização dos princípios fundamentais de igualdade de oportunidades educativas e de

qualidade de ensino” (FONSECA, M.; OLIVEIRA, J.F. de; TOSCHI, M.S.).

A gestão da educação acontece em todos os âmbitos das instituições de ensino, desenvolvendo-se primordialmente dentro da sala de aula, onde concretamente se põe em prática o projeto político-pedagógico, deixando de ser uma meta, tornando-se fonte de novos subsídios para tomadas de decisões pelo docente no efetivo exercício do magistério.

A gestão democrática supõe a redefinição do papel do educador, cabendo-lhe o papel de influenciar seus alunos para o envolvimento, por meio do trabalho pedagógico, explicando os objetivos dos conteúdos curriculares e da aula, mostrando a importância de atingi-los para a completa formação acadêmica.

Assim, a participação do aluno é de primordial importância à transmissão do conteúdo, impondo-se a ele engajar-se no trabalho pedagógico. Contudo, ao discente não é dada a centralidade do processo de ensino, pois cabe ao professor a transmissão do conteúdo da forma mais eficaz, vez que dispõe de maiores condições para assegurar a qualidade do trabalho pedagógico. Assim, a transmissão do conteúdo fica adstrita à organização da sala de aula, que dependem da construção de regras e procedimentos coletivos, do acompanhamento e da mediação dos comportamentos, sempre visando favorecer a relação ensino-aprendizagem.

Um dos mais fundamentais papéis do professor é proporcionar condições para que o conhecimento seja adquirido pelo aluno e, para isso, ele deve administrar bem o tempo e o espaço escolar (o ritmo, as intervenções/participações, os imprevistos, os obstáculos), selecionar os objetivos e as atividades curriculares, dosar os conteúdos e construir a convivência, sem jamais excluir os alunos que criam situações de conflito.

Essas trocas de poder não representam uma disputa, mas sim o respeito entre posições diferentes, sem que haja sobreposição entre elas. O uso indiscriminado

e abusivo de denúncias anônimas e falaciosas cumpre apenas o papel de deslegitimar e desestimular a atuação do professor e, conseqüentemente, da própria Universidade, não podendo esta encampar quaisquer denúncias, constringendo o docente da forma que vem se verificando, sob pena de findar a própria docência e, em conseqüência, a Universidade.

**Elias Menta e Igor Escher são advogados parceiros do escritório Eliomar Pires & Ivoneide Escher Advogados Associados SS e consultores jurídicos do Adufg-Sindicato.*

“ Assim, os professores continuam a perder seu espaço de liderança, fazendo com que seja questionada sua função, o que implica em uma grande perda para a sociedade, vez que a Universidade é o mais importante canal para a produção de conhecimento e inovação científica. ”

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Era uma vida

“Sabemos que têm sido feitas algumas ações, e que a universidade tem se esforçado nesse sentido, mesmo com a questão orçamentária. Mas a segurança na universidade tem preocupado a todos. O fato dessa semana chocou toda a comunidade acadêmica, foi lamentável, gravíssimo. Era uma vida”, afirmou o presidente do sindicato, professor Flávio Alves da Silva, sobre o ocorrido.

PNE

Apenas uma meta do Plano Nacional de Educação (PNE) foi completamente cumprida. 30% das metas previstas para serem executadas entre 2015 e 2018 tiveram avanço. Os dados são da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

RU

O valor da refeição no Restaurante Universitário (RU) aumentou. A justificativa é a alíquota sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na alimentação, que subiu de 7% para 10,2%. Dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (Sefaz) mostram que a taxação foi elevada, mas posteriormente retomou aos 7%.

7 centavos

O aumento para a comunidade acadêmica foi de 0,7 centavos: a refeição passa a custar R\$ 3,07. Para a comunidade geral será de R\$ 7,68.

Impacto do aumento

Para quem utiliza o restaurante de segunda-feira a sexta-feira, sem contar feriados, o gasto sobe para R\$ 61,40. Em um semestre letivo, o gasto é de R\$ 368,40.

Corte de bolsas

O Programa Bolsa-Permanência (PBP) oferece uma ajuda mensal de R\$ 900 para moradia, alimentação e material escolar a estudantes indígenas e quilombolas. Ou deveria oferecer, já que desde o início do ano os pagamentos estão incertos. Na UFG são 143 estudantes que terão sua permanência comprometida nos cursos.

Prestação de contas

No dia 27/06, às 08h, ocorre Assembleia de Prestação de Contas no Adufg-Sindicato. Os temas serão: apresentação do parecer do Conselho Fiscal; discussão e apreciação do parecer do Conselho Fiscal; e apresentação de Orçamento para Renovação de Contrato de Auditoria.

MORTE NA UNIVERSIDADE

Mais uma morte dentro da UFG. O jovem Luiz Carlos Pereira Castro, de 19 anos, foi assassinado a tiros, próximo ao Centro de Aulas Aroeira (CAA) e ao Restaurante Universitário (RU). Ele não era estudante da universidade e, de acordo com a PM, tinha antecedentes criminais por tráfico de drogas. Representantes do Adufg-Sindicato, Sint-Ifesgo, Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Associação de Pós-Graduação (APG) da UFG se reuniram com a reitoria para tratar sobre segurança no campus. Ficou decidido, na reunião, que será criada uma comissão com professores, técnicos, estudantes, comunidade para encaminhamentos e ações relativas ao tema. A possibilidade de levar para o Conselho Universitário a discussão sobre segurança na universidade, bem como a proposta para a organização de uma assembleia, serão avaliadas pelo reitor Edward Madureira. Em nota, o Adufg-Sindicato exigiu ações da universidade e lembrou que Goiânia é a 7ª cidade no ranking nacional de homicídio por arma de fogo, segundo o Mapa da Violência 2016.



Stephanny Alves

Está liberada a pesca esportiva no lago professor Beneval Rosa, da Sede Campestre do Adufg-Sindicato.

O lago foi revitalizado e reinaugurado em abril deste ano. Até o momento, está liberada a pesca dos peixes tambaqui. As tilápias não podem ser pescadas pois ainda estão em fase de crescimento.

A pesca é permitida desde que os peixes sejam devolvidos ao lago ou consumidos durante a estadia na sede. Para pescar e depois soltar os peixes é recomendado o uso de anzol sem farpa. Para o consumo a quantidade permitida é no máximo dois tambaquis.



Bárbara Zaiden

Numa manhã fria de alguma semana de abril o ambiente da Escola de Veterinária e Agronomia (EVZ) parecia acalentador. O verde, os animais e a brisa fresca dão a sensação de realmente se estar distante da grande metrópole de Goiânia. Mas o sentimento é passageiro: a universidade também está dentro da cidade.

Engenharia Florestal

O Curso de Engenharia Florestal completa 10 anos de existência. No dia 29 de junho docentes, estudantes e técnico-acadêmicos comemoram as conquistas em uma solenidade. O evento acontece no auditório Setor de Melhoramento de Plantas, na EA.

Conquistas

Já foram formados cem profissionais de Engenharia Florestal. Nesse ano teve início a 10ª turma do curso. A professora Sybelle Barreira conta que o próximo desafio é a criação da pós-graduação. Leia matéria sobre projeto do curso nas páginas 8 e 9.

Nova diretoria ICB

Chapa 3 foi eleita para a direção dos Instituto de Ciências Biológicas (ICBs). O professor Gustavo Rodrigues Pedrino será o diretor e Rones de Deus Paranhos o vice. Foram 477 votos. “Desde o começo nossa proposta para o ICB foi baseada no diálogo, conversamos com 180 pessoas para construir isso juntos. Nossa gestão será baseada no diálogo e na transparência”, afirmou o diretor eleito.

Três eixos

A proposta da nova direção é baseada em três eixos: o ensino na graduação e pós-graduação; extensão universitária e cultura; a importância da relação com a sociedade; pesquisa, inovação e comunicação científica.

Outras chapas

Em segundo lugar ficou a chapa 02 com 257 votos, composta pelos professores Rogério Pereira Bastos e Ivan Torres Nicolau de Campos. E em terceiro lugar a chapa 01, dos docentes Augusto César ribeiro Figueredo e Rosângela Hatori Rocha, com 62 votos.

Cooperativa, uma alternativa para crescer

Professor Serigne Ababacar, da UFCAT, quer mapear as cooperativas em Catalão e em todo o Estado

Ser empresário e produtor no Brasil não é fácil, especialmente para quem está começando. Conseguir empréstimos e financiamento pode se provar não apenas uma batalha difícil, mas também infrutífera. Neste cenário, cresce no Estado o formato das cooperativas como alternativa ao sistema bancário convencional. Interessado neste crescimento, o professor do Curso de Administração da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Serigne Ababacar, desenvolve um projeto de pesquisa para mapear e traçar o perfil das cooperativas. Inicialmente a pesquisa será aplicada na região de Catalão e depois em todo o Estado de Goiás.

O ponto central do trabalho é a arbitragem e o equilíbrio das cooperativas, que vêm crescendo no cenário nacional: “a gente trabalha com o modelo canadense para tentar ver o equilíbrio da balança social e da balança econômica. Como os gestores, os funcionários e os associados têm arbitrado para que não haja desequilíbrio nessas duas balanças”.

Segundo o professor, Catalão é um terreno fértil para a pesquisa, com cooperativas de vários ramos, incluindo produção e insumos, mas principalmente de crédito rural e urbano, que são os mais fortes. Porém, o professor afirma que o número de cooperados no Brasil ainda é muito pequeno se comparado, proporcionalmente, a outros países, como a França e o Canadá, apesar de serem nações bem menores. “Mesmo pegando todas essas cooperativas e a população brasileira, em comparação com a população canadense, que é bem menor, você vê que a gente ainda não adotou a cooperativa. Ainda temos muito espaço para ocupar nesse setor”, conta.

Serigne acredita que isto acontece porque o sistema é pouco compreendido por aqui, bem como os princípios. “Ou a divulgação não foi devidamente feita, ou as pessoas têm alguma resistência às cooperativas, por estarem acostumadas com o sistema bancário convencional”, ressalta. Esta resistência, explica, ainda é cultural pois “se você perguntar a dez pessoas, a maioria terá conta ban-



Bárbara Zaiden

Serigne Ababacar (UFCAT) desenvolve projeto sobre cooperativismo

“Seria uma resposta ao sistema que temos aqui de um capitalismo muito feroz. Sempre reclamamos de que os bancos fazem muito lucro enquanto nas cooperativas as sobras são repassadas aos cooperados”

Serigne Ababacar (UFCAT)

cária. Se você perguntar ‘por que não faz parte de uma cooperativa?’, eles terão essa resistência, porque não conhecem o sistema”.

As consequências são diretas, pois a população em geral desconhece o que pode ganhar nesse tipo de empreitada. “Os benefícios que a cooperativa pode vir a trazer em uma instituição em que você é dono, com a sua participação efetiva, é bem diferente da relação que se tem com uma instituição bancária convencional”, diz Serigne. Ele acredita que os princípios do sistema deveriam ser ensinados pelas próprias

cooperativas e pelo sistema de educação, desde a escola básica. Isso daria uma força ao cooperativismo “e seria uma resposta ao sistema que temos aqui de um capitalismo muito feroz. Sempre reclamamos de que os bancos fazem muito lucro enquanto nas cooperativas as sobras são repassadas aos cooperados”, completa.

O professor enxerga que a principal vantagem do cooperativismo é ser um investimento mais garantido e mais democrático. “Você tem sempre a certeza de que poderá ter retorno e, além do mais,

you have a voice, because each cooperative member has a vote, independent of how much money they move. In the assembly everyone has one vote”, highlights, “it is a very interesting system and the people has to work so that it is understood as a fact”. But, obviously, it also presents its particular problems, which will be modified with effective participation.

Serigne acredita que romper com este quadro não vai ser fácil, porque é um sistema. Mas as tentativas no município de Catalão e no Estado de Goiás podem levar à propagação dos estudos e do cooperativismo. É a primeira vez que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vai financiar estudos na área. “Acho que isso já é um avanço interessante e que pode levar mais pesquisadores a se interessar pelo tema”.

Por aplicar taxas de juros mais baixas que o mercado, a cooperativa se transforma em uma alternativa interessante para empresários e produtores durante tempos de crise: “um banco em que você é dono, o taxamento é diferente, as formalidades para conseguir algum crédito ou serviço é bem menos burocrático. Nestas cooperativas de crédito rural, por exemplo, existem linhas de crédito muito interessantes para o produtor. E mesmo nas urbanas, há linhas interessantes para associados”, explica. O cooperativismo pode ser uma alternativa para que as pessoas possam sentir menos os impactos da crise.

Entre os tipos de cooperativa, Serigne percebe grande força e crescimento nas de crédito rural, embora ainda não haja números para comparar essa percepção. Segundo o professor, muitos produtores estão percebendo uma tendência em se filiar a uma cooperativa por ser uma oportunidade muito melhor do que nas demais áreas. “Não é uma tendência apenas no Brasil, mas mundial. O produtor rural é um tipo diferente de pessoa do que o empresário urbano: ele se reúne mais, participa mais, quer efetivamente fazer parte, então você pode ver que as assembleias de cooperativas rurais são sempre cheias”, finaliza o professor.



O número de derivantes tem aumentado com o passar dos anos e permite um contato diferente com a cidade

Um olhar diferenciado sobre a cidade

Projeto traz a possibilidade de reconhecer a cidade como espaço público

O projeto Deriva do Bem, idealizado ainda em 2009, promoveu a 11ª edição nos dias 4 e 5 de maio. As atividades levam entusiastas a passear pela cidade e registrá-la emocional e expressivamente, a partir principalmente da fotografia, mas também de desenhos e até de poemas e textos. “O encontro tem o objetivo de estimular as pessoas a pensarem sobre a cidade”, explica o professor Bráulio Ferreira, diretor da Faculdade de Artes Visuais (FAV) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e idealizador do projeto.

O Deriva do Bem surgiu ainda em uma disciplina da Universidade Estadual de Goiás (UEG), quando Bráulio lecionava por lá, mas ganhou força a partir de 2012 quando, já na UFG, pôde inscrevê-la como projeto de extensão e mais tarde como pesquisa. São oito anos de Deriva. Neste período os “derivantes”, como chama Bráulio, já caminharam por diversos bairros, incluindo Campinas. Eles também retornarão à Cidade de Goiás com uma nova proposta.

“Por lá [em Goiás] queremos pegar um pouco da vida da cidade, para além dessa coisa histórica e do turístico”, conta o professor. Dos participantes, não importa suas vertentes expressivas, o professor pede apenas um retorno: “tem grupos de desenho que acompanham a gente, escolas de fotografia. Pedimos que as pessoas encaminhem cinco fotografias e um depoimento do que foi a experiência com a Deriva”. O objetivo é ampliar o acervo já existente do projeto.

Geralmente é organizado um

bate-papo na sexta-feira à noite com convidados e a caminhada no sábado pela manhã. Na edição de maio, participaram o historiador Wilson Rocha e o atual coordenador do curso de Arquitetura da UFG, Pedro Britto. O objetivo é trazer profissionais com diferentes visões. “A ideia é sempre fazer as coisas serem um pouco tensas, ter pontos de vista diferentes. Já participaram artistas plásticos, filósofos, psicanalistas, artesãos, uma geógrafa, um cineasta. Na edição passada tivemos uma comerciante de Campinas. Temos sempre arquitetos, mas a ideia é trazer sempre pessoas que têm outros olhares sobre a cidade”.

Isso contribuiu para que o projeto reunisse um acervo considerável, o que rendeu publicações e exposições. E a Deriva do Bem se transformou em projeto de pesquisa, com artigos e participações em eventos científicos. São mais de 2.000 fotos e cerca de 400 depoimentos no acervo. Neste processo, Bráulio destaca que ficou notável a importância da educação patrimonial e da consciência do cidadão sobre o espaço público que as atividades geravam.

Sobre a metodologia do projeto, ele destaca que “só através do caminhar é que você conhece a cidade. É reconhecer a cidade como espaço público: se a calçada é inadequada ao pedestre, é muito menos ao cadeirante; o trânsito; o transporte coletivo; a questão de quem mora na rua emerge de tudo isso. E, ao final, a gente sempre se pergunta ‘que cidade a gente quer ter? Que espaço a gente quer construir?’”.

Fotos: Bárbara Zaiden



Professor Bráulio é idealizador do Deriva



As lentes e as novos olhares



O que passa despercebido é notado



Sobre a Marginal Botafogo, no Centro

Consolidação do Deriva

O Deriva também já fez mapas arquitetônicos e gastronômicos no Centro de Goiânia, na UFG, no Mercado Popular, no Grande Hotel e em Campinas. Além de exposições fotográficas no Projeto Casa Fora de Casa do Setor Sul e uma Deriva no Jardim Botânico, no mesmo evento, que aconteceu no Setor Pedro Ludovico esse ano.

O próximo passo, conta o professor, é produzir um livro de fotografias. “O livro é um sonho nosso. Fomos finalistas do prêmio Rodrigo Franco de Melo do ano passado, pelo Estado de Goiás. Estamos sempre entrando nos editais pra tentar pegar essas oportunidades de divulgação”, diz.

Hoje o Deriva do Bem está consolidado e tem um alcance crescente, com estimativa de mais de 200 participantes, inclusive alguns que são fiéis a todas as edições. Agora, além da edição na Cidade de Goiás, o professor faz planos maiores: “Esse ano a gente está com a possibilidade de ir para as cidade de Jaraguá e Corumbá. E com a possibilidade de Uberlândia, que é quando o Deriva vai ultrapassar a fronteira. É um dos meus sonhos”, diz.

Os registros de fotos e autores da Deriva do Bem estão disponíveis no Blog do Bráulio: www.blogdobraulio.com, na aba “Expo Deriva”.



40 hectares do DF são utilizados como laboratório do projeto Biomass, uma parceria com a Embrapa Florestas

Projeto Biomass: caminhos para a

O projeto visa dar opções aos produtores rurais que precisam recuperar reservas legais

Com apenas dez anos de existência, o Curso de Engenharia Florestal da UFG participa há nove anos da pesquisa do projeto nacional Biomass, coordenado pela Embrapa Florestas. O projeto, presente em cada um dos biomas brasileiros, reúne pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa que, com o apoio da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), promove o plantio de módulos experimentais em propriedades agrícolas de modo a obter dados relevantes sobre diversos assuntos que envolvem os biomas nacionais: preservação, produção, recuperação.

“Como faço para recuperar as áreas de preservação permanente de curso d’água? Existe um método? Um documento que me fale como fazer isso? A CNA então financia o projeto e você pesquisa”, explica Sybelle Barreira, professora da Engenharia Florestal.

O projeto possui módulos no cerrado, na Amazônia, na Caatinga, no Pantanal, na Mata Atlântica e no Pampa. “Essas áreas têm plantio de árvore, de sementes, para que a gente possa obter árvores, entender o funcionamento dela naquela área para, no fim no projeto, dar indicações ao produtor rural como ele pode fazer para recuperar suas áreas”, explica.

Sybelle é vice-coordenadora regional do projeto, que tem um subprojeto em uma propriedade no Distrito Federal. Lá, 40 hectares de uma fazenda são destinados aos pesquisadores do Biomass. A pesquisa da professora é sobre

a recomposição de reserva legal. “Escolhemos os subprojetos que nos permitiriam encontrar respostas que pudéssemos repassar aos produtores”, conta.

O produtor pode plantar na reserva legal 50% da área com espécie exótica como teca, eucalipto, acácia, seringueira, mogno africano, e os outros 50% tem que ser espécie nativa. Em 20 anos, que é o que está previsto na lei, essa reserva deve estar sem as espécies exóticas e completamente transitando para as espécies nativas.

Com oito anos de implementação, a professora conta que possui uma base de dados “gigantesca” e que já rendeu e vai render várias publicações. “Já tive 12 alunos envolvidos com esse projeto, fizemos 9 trabalhos de conclusão de curso nesse projeto e dois mestrados. Muita coisa foi realizada lá dentro de forma a dar resposta aos produtores rurais”, afirma.

A última análise feita foi por viés econômico: “[avaliamos] o quanto esse sistema tem ou teve de custo e o quanto ele pode render para o proprietário rural. Pois quando ele tirar as espécies exóticas ele pode vender essa madeira e pode, ao longo e depois dos 20 anos, também retirar madeira e frutos das espécies nativas, pode colocar apicultura dentro da área. Porque o Código Florestal prevê o manejo sustentável da reserva legal *ad eternum*”, explica, destacando que a reserva pode ser produtiva sem deixar de ser sustentável.

Para avaliar essa possibilidade, eles testaram algumas com-



Professora Sybelle desenvolve projeto junto à Confederação Nacional de Agricultura

binções entre as diferentes espécies, como eucalipto, teca, acácia e seringueira plantas nativas. Nem todas essas combinações deram certo. A seringueira não cresceu, porque existe uma espécie nativa, chamada tamboril, que cresce mais do que ela. E a seringueira é uma árvore que gosta de sol. “Qual é o indicativo isso dá pra pesquisa? Que algumas plantas não suportam ser vizinhas de outras”, conta. Da mesma forma, “a ideia é realmente ver qual vizinho se incomoda com o outro e quais se dão bem. Quem se dá bem eu posso recomendar para o produtor rural”,

conclui Sybelle.

Além das árvores para extração de madeira, eles testaram árvores frutíferas, como o baru, que pode, por exemplo, ser combinado com o eucalipto. “Em cinco anos você tira a madeira do eucalipto e depois você foca na semente do baru. Já temos esse resultado”, conta. O projeto já é capaz de fornecer os dados sobre as plantas que se renovam, reduzindo o investimento necessário ao longo do tempo. A pesquisadora conta, ainda, que agora ela quer conseguir financiamento para criar módulos em outras áreas como, por exem-



São testadas combinações entre eucalipto, teca, acácia, seringueira e as plantas nativas

recuperação de áreas de reserva

Bárbara Zaiden



10 anos de curso

O Curso de Engenharia Florestal na UFG é recente, completa 10 anos de criação este mês. A professora Sybelle conta que, no início, a graduação tinha apenas um professor, mas logo ela e outro colega ingressaram na universidade e, de lá para cá, foi um processo crescente de consolidação, que continua com planos de expansão. Este ano ingressou a 10ª turma: todo ano são 40 novos estudantes. “Hoje temos egressos em todas as regiões do Brasil, o que nos deixa bastante felizes, porque significa que estamos alcançando, inclusive, os melhores programas de pós-graduação em Engenharia Florestal do país. Isso é um reflexo da qualidade do curso”, destaca Sybelle.

Atualmente são sete professores, que têm investido em pesquisas para ampliar os horizontes do curso: “a maior parte dos professores captou recursos para pesquisa em editais estaduais ou nacionais, o que mostra a união e a qualidade da equipe e sua capacidade de formar redes de pesquisa. Para um curso de 10 anos, temos um caminho bem pavimentado, mas ainda há muito o que queremos fazer”, conta a professora.

Desde 2010 o curso de Engenharia Florestal da UFG também realiza um evento nacional, o Congresso Brasileiro Florestal no Cerrado, que ocorre a cada dois anos, promovendo o intercâmbio entre instituições e alunos. “É um evento nacional, no ano passado recebemos participantes de todos os estados e do Distrito Federal”, conta a professora, “isso nos deixa muito felizes, estamos inseridos no contexto nacional, embora a gente só tenha 10 anos”.

Ela reconhece a grande evolução em um curto período de tempo e valoriza as conquistas alcançadas até agora. “No primeiro ano tínhamos problemas de criança: um prédio, cada um com a sua sala, os laboratórios funcionando e equipados. Hoje temos problemas de adolescente, que é criar um programa de pós-graduação”, brinca.

O próximo passo, naturalmente, será a criação da pós-graduação. “Queremos ter um programa de pós-graduação em Ciências Florestais. Existem dois cursos na região Centro-Oeste e essa é a nossa próxima meta. Queremos muito apoio da pró-reitoria e da reitoria no entendimento de que este curso é bastante estratégico para nós e nosso posicionamento dentro do Estado. Mas também para que possamos receber alunos de fora, que ocorra esse intercâmbio, isso é fundamental e é um grande desafio”, afirma Sybelle.

Ela conta que ainda há muita confusão sobre o que um engenheiro florestal faz: “Perguntam: ‘por que você fez engenharia florestal? É porque gosta do meio ambiente?’ Como se a gente estivesse aqui e o meio ambiente estivesse lá, como se nós não estivéssemos todos no meio ambiente o tempo todo. Não tem como sair dele, aquele lixo que você joga fora continua aqui”. Ela justifica a importância do engenheiro florestal para os desafios ambientais que se avizinham e da necessidade desses profissionais no mercado: “hoje nós temos um passivo florestal de cerca de 12 milhões de hectares a serem recuperados. De onde virá isso? Das sementes ou das mudas. E o engenheiro florestal está na base desse trabalho”, finaliza.

plo, Goiânia, para obter dados mais diversificados e refinados. “A gente aprende como essas plantas crescem. Foi assim com o pequimorreu tudo. Ele não deu certo com nenhuma outra espécie. Mas a copaíba e o jatobá deram certo com todas as outras”, explica.

Segundo a professora, o projeto termina em março de 2019 com apresentação de relatório final no segundo semestre, mas “foi perguntado se temos mais atividades para fazer lá e eu apontei que tenho e gostaria de pelo menos mais três anos de avaliações lá”. Há a previsão da pu-

blicação de um grande relatório, mais técnico, e a publicação de pequenos manuais para os produtores rurais.

No fim das contas, o Biomass visa dar caminhos aos produtores brasileiros que precisam recuperar uma reserva legal, “dar indicativos que possibilitarão ao produtor projetos viáveis”, disse a professora, “isso serve para que o produtor não enxergue a área de reserva legal como algo que não dá dinheiro, mas como algo que pode ser produtivo. Precisamos começar a mostrar que ele não precisa desmatar”, explica.

Os desafios do cinema brasileiro na conquista de público

Problemas de distribuição e produções que dialogam com o público são gargalos no Brasil

O cinema passa, atualmente, por grandes mudanças, especialmente na forma como é consumido. O crescimento das séries e dos serviços de *streaming*, assim como a variedade de telas, a mobilidade e as facilidades (nem sempre legais) da internet afetam diretamente a forma com que os filmes são apreciados. “Tem uma mudança significativa do expectador de narrativas. Hoje é possível ver um filme na hora que quiser, pausar e retoma quando quiser”, comenta o professor especialista em cinema da UFG, Lisandro Nogueira.

“As séries têm uma importância hoje talvez maior do que o cinema por estarem em conformidade com um mundo novo. Elas combinam muito com este olhar ansioso que temos”, comenta. Que olhar seria esse? É simples: o de estar com o *smartphone* na mão, às vezes até comentando nas redes sociais em tempo real, conforme se vê um filme ou série de casa.

Com as comédias produzidas pela Globo Filmes, críticos dizem que o cinema brasileiro vive o movimento chamado “neochanchada”, uma versão de baixa qualidade e sem o erotismo das pornochanchadas. A pornochanchada, por sua vez, é marcada por filmes eróticos produzidos principalmente na década de 1970. O professor Rodrigo Cássio (FIC) acredita que a lição ser aprendida com o estilo foi a produção de um cinema comercialmente viável e próximo do público.

Os filmes atuais estão em “um outro contexto, uma produção bem menos artesanal e muito mais organizada. O que aconteceu no fim das contas foi que a televisão pegou para si o projeto de fazer cinema que seja popular, não mais numa linha erótica, numa linha cômica”, destaca Rodrigo, chamando atenção para o fato de que as co-

Bárbara Zaiden



Lisandro Nogueira aponta a mudança no olhar dos espectadores

médias sempre foram bem recebidas no Brasil, desde a época das chanchadas.

Apesar do grande volume de produções, Rodrigo chama atenção para a falta de crítica ou crítica exagerada do que é produzido aqui: “Geralmente se parte do pressuposto que é chanchadesco, de pouco valor, e pronto”. Ele destaca a dissonância entre o cinema

O Dia do Cinema Brasileiro é 19 de junho. Comemoração ao que é considerado o primeiro registro de imagens em movimento no Brasil, pelo cineasta ítalo-brasileiro Afonso Segreto, na baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, em 1898.

brasileiro atual, os realizadores e o público. “Você deve filmar pensando no público. E a partir disso você pode realizar bons filmes. Você não precisa pensar a sua expressão artística sempre fora da sua relação com o público. Estes cineastas [da pornochanchada] faziam essa comunicação com o público. Acho que a gente precisa reaprender a fazer isso”, comenta.

Rodrigo concorda com Lisandro ao destacar que os filmes de hoje não serão vistos apenas no cinema, mas no computador, na

sala de estar, no celular, no *streaming*, no *blu-ray*. Isto também gera mudanças profundamente significativas na forma como os filmes são produzidos.

“O cinema que hoje pode estar mais próximo do público ao mesmo tempo não precisa necessariamente ser o cinema de bilheteria”. Ele dá como exemplo as produções de José Padilha: “é um cineasta que tem conseguido dialogar muito bem, circulando por vários formatos, sabendo lidar com plataformas novas, como a Netflix”, afirma Rodrigo.

Editais de financiamento

Os editais de financiamento para filmes não têm exigências quanto a bilheteria. Isso cria uma dissonância entre o cinema produzido e o grande público, segundo Rodrigo. “Tem problema de distribuição, e também tem um problema dos autores do cinema atual não buscarem público”, diz. Ele completa: muitas vezes os cineastas têm apenas preocupação de fazer o filme circular pelos festivais.

O professor Lisandro vai mais a fundo e afirma que, ao mesmo tempo em que editais dão a possibilidade de produções mais independentes, também trazem uma zona de conforto. “A cultura dos editais é uma faca de dois gumes. Você se garante, faz o filme. Mas quem vai ver?”, comenta. Ele ainda afirma que, embora seja muito importante ter o estímulo para produzir, há o prejuízo de se produzirem filmes que não serão vistos. “A batalha pelo público é outra coisa”, declara.

José Abrão



Rodrigo Cássio (FIC) vê nas pornochanchadas exemplos de diálogo com o público

As séries: receita antiga, espectador novo

Lisandro acredita que a ascensão das séries, além das óbvias melhoras em qualidade de produção técnica e de roteiro, foi graças à agilidade com que elas abordam e englobam temáticas contemporâneas e diárias. “Nos últimos anos o cinema comercial ficou muito preso a filmes com muitos efeitos especiais, e as séries respondem mais rápido e dialogam com os problemas, com as questões mais emergentes que temos hoje. A sociedade se vê espelhada e representada o tempo inteiro em um formato em que ela não precisa sair de casa”, declara.

As produções se moldaram ao novo olhar, do novo espectador, e aos novos meios de reprodução. “Cortes muito rápidos, *mise-en-scène* com cenas interiores, diálogos mais concisos, diretos, para não dar tempo para o expectador se dispersar”, conta Lisandro. Embora ele reconheça que as séries ousaram na temática e melhoraram na qualidade técnica, a estrutura narrativa não é nova: “as séries de TV tem uma estrutura narrativa que reportam os folhetins do Século XIX. O embrião está lá”.

Mesmo com as transformações e problemas, com a mudança de acessos, Lisandro acredita que a cultura cinematográfica continua firme e forte. Ele cita exemplos de engajamentos em mostras e festivais: a experiência coletiva proporcionada pela sala de cinema ainda faz parte do gosto do público.

Da sala de aula para a direção de cinema

Filme da professora Silvana Beline foi premiado na Mostra Competitiva e na Mostra ABD Goiás, do FICA

Fotos: Divulgação

Após 24 anos focada na pesquisa acadêmica de gênero, a professora Silvana Beline, do Curso de Direito da Regional Goiás, quis trabalhar a temática indígena. O desafio não seria grande só pela temática: ela também sairia da sala de aula para, pela primeira vez, dirigir um filme.

Diriti de Bdè Burè recebeu prêmio de Melhor Filme Goiano na Mostra Competitiva do 20º Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA). “É o meu primeiro filme, isso me gera uma emoção maior ainda. Eu quero agradecer ao Cosmos, por me fazer me sentir uma mulher de 52 anos grávida de sonhos”, disse Silvana ao receber o prêmio.

Melhor som e Melhor Direção de Fotografia foram outros prêmios que o filme recebeu na 16ª Mostra ABD Goiás, considerada a principal janela para os filmes goianos, que ocorre durante o FICA.

O documentário é, também, sobre a vida de Diriti, uma mulher indígena, de 73 anos, e sua relação com uma das netas, Icidi. A única criança da aldeia que fala o idioma Karajá. A aldeia Bdè Burè fica em Aruanã, interior de Goiás. Diriti é uma das poucas mulheres que possuem os conhecimentos ancestrais sobre a feitura da boneca Karajá, a Ritxòkò.

A produção da boneca é, além de um meio de subsistência, a manutenção cultural e a transmissão de conhecimento para as gerações mais novas. As Ritxòkò atualmente são patrimônio imaterial brasileiro, tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Uma das motivações da professora foi saber que a transmissão dos modos de produção das bonecas vinha se perdendo dentro da comunidade. A atividade é de responsabilidade das mulheres Karajá e antigamente era uma forma de transmitir valores culturais e familiares. Com a assimilação da cultura capitalista dos brancos, isso tem se perdido.

O documentário não é só



Diriti, 73 anos, ainda produz as bonecas Karajá Ritxòkò



Silvana Beline produziu o primeiro filme após 24 anos na Academia

sobre a produção das Ritxòkò ou seu significado. “Se o objetivo inicial era mostrar a construção da boneca, o filme foi além. Mostrou como a relação dessa senhora, com a neta, demonstra uma lógica muito grande da redistribuição do conhecimento”, explica a diretora Silvana.

A cena final do curta-metragem mostra a avó Diriti conversando na língua materna com a neta Icidi. Na beira do Rio Araguaia, berço do nascimento do povo Karajá - de acordo com a narrativa mítica desse povo. Uma garrafa de plástico boia no Araguaia do rio de onde os ancestrais vieram, que fornece o barro para a produção da boneca, ameaçado pela vida de uma cidade turística. Duas formas de vida que entram em choque. A luta pela manutenção de tradições que gradativamente estão sendo

sufocadas e perdidas.

“O filme faz uma denúncia de que é uma aldeia urbana, com todos os problemas que uma aldeia urbana tem, já que Bdè Burè fica uma cidade com turismo exacerbado”, completa Silvana.

O cinema na sala de aula

Com a experiência na produção cinematográfica, Silvana Beline levou o aprendizado para a sala de aula, no Curso de Direito. Ela defende a necessidade de se repensar os métodos pedagógicos. Nesse sentido, o audiovisual pode ampliar as possibilidades. “Atualmente, nesse mundo fluido, há uma necessidade muito grande de trabalhar com o audiovisual. Com as redes sociais, por exemplo, o conhecimento é passado para as crianças de forma muito rápida e fluida”, completa.

Outros filmes goianos na Mostra Competitiva do FICA

A viagem de Ícaro

Premiado como 2º melhor Filme Goiano. E Melhor Montagem e Melhor Ator na Mostra ABD. O documentário conta a história de um catador de materiais recicláveis, o Bazuka, que tinha o sonho de voar. Ele constrói suas próprias asas com esses materiais recicláveis. Bazuka é apaixonado por aviação e, por isso, já é conhecido pelos frequentadores e trabalhadores dos aeroclubes de sua cidade, Rio Claro (SP).

A câmera de João

O avô de João é um saudosista fotógrafo que coleciona registros da cidade, especificamente o bairro de Campinas, em Goiânia. João, criança de olhos atentos, descobre as emoções da fotografia com o avô. Esse é um filme que se desloca e se redescobre. “Revela lugares, coisas, lembranças e pessoas, através da fotografia”, afirma o diretor Tothi Cardoso. É filme sobre memória e, ao mesmo tempo, de novas vivências.

O malabarista

Prêmio de melhor animação da Mostra ABD. Tem como temática os malabaristas de rua das grandes cidades. Sobre o amor por esse universo lúdico da animação: “posso arriscar dizer que deve ser um refúgio dessa realidade assombrosa que vivemos, onde a intolerância, o egoísmo e o preconceito reinam. O fantástico e o lúdico me atraem mais”, explica o diretor Luri Moreno.

Conape discute impactos da EC 95 no PNE

Evento ocorreu em Belo Horizonte e reuniu representantes de associações e sindicatos de todo o país

Proifes-Federação

A Conferência Nacional de Educação Popular (Conape) ocorreu em Belo Horizonte entre os dias 24 e 26 de maio. Foram dias de intensos debates, painéis, reuniões, mesas redondas e discussões em torno do Plano Nacional de Educação (PNE), seus eixos e suas metas, além de avaliações e proposições sobre as diferentes modalidades e níveis da educação no Brasil.

Os representantes do Proifes-Federação afirmaram que a EC 95 vai inviabilizar a Educação brasileira em todos os seus níveis, da educação básica à pós-graduação, com impactos já em 2018. E ainda lembraram o quão prejudicial será para o cumprimento das metas do PNE.

O presidente do Proifes-Federação, Nilton Brandão, apresentou dados brasileiros sobre a situação das universidades e institutos federais depois da aprovação da EC. Em 2015, o orçamento para investimento nas universidades era R\$ 13 bilhões, em 2017 caiu para R\$ 8,7 bilhões e a previsão para este ano é R\$ 5,9 bilhões, menos de 50% do orçamento de 2015.

“É preciso eleger uma bancada de deputados e senadores comprometidos com a revogação da Emenda Constitucional (EC) 95. Sem revogá-la, a educação pública brasileira não terá futuro”, disse Brandão.

Ênio Pontes, da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará (Adufc), falou dos



O Proifes tem se preocupado com o não cumprimento do PNE pelo Governo Federal

impactos dos cortes na produção de Ciência e Tecnologia. Segundo ele, 15% dos gastos de custeio foram congelados nas universidades, sendo que 44 das 63 universidades federais do país tiveram seus orçamentos afetados por cortes, na comparação com o primeiro semestre de 2016.

Sobre o Grupo de Trabalho (GT) de Direitos Humanos da federação, o coordenador, professor Nildo Ribeiro (Apub Sin-

dicato), apontou os temas relacionados aos direitos das pessoas com deficiência, e ressaltou que esta pauta foi incorporada ao GT esse ano.

Como atividade do evento, mais de quatro mil representantes das 35 entidades que compõem o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) marcharam por cerca de dois quilômetros em defesa da educação pública, gratuita, laica, universal e de

qualidade. A marcha “Educação se constrói com democracia” percorreu as ruas da Praça da Liberdade à Praça da Estação, na capital mineira.

A Conape foi criada após a dissolução do Fórum Nacional de Educação (FNE) pelo Ministério da Educação. Em sua primeira edição, ela foi intitulada *Conape Lula Livre* por aclamação, na plenária final. (Com informações do Proifes-Federação e do Contee).

Proifes lança nota sobre precarização da educação

As reduções têm ligação com a greve dos caminhoneiros, do final de abril

O presidente Michel Temer atendeu às demandas feitas pelos caminhoneiros na greve do final de maio. Ele anunciou redução de 46 centavos no preço do diesel, congelamento da tarifa por dois meses, entre outros pontos. Contudo, a medida vai custar aproximadamente 13,5 bilhões de reais aos cofres públicos. São 9,6 bilhões em subsídios e mais 4 bilhões na redução das alíquotas do Cide e PIS/COFINS do óleo diesel.

Para pulverizar as perdas, o

presidente anunciou uma série de medidas que preveem maior arrecadação de impostos setores e cortes que somam 3,4 bilhões de reais. Serão afetados determinados setores, como programas sociais e políticas públicas, especialmente as voltadas para saúde e educação.

Intitulada “corte de verbas anuncia mais precarização da educação brasileira”, uma nota do Proifes-Federação foi divulgada no início de junho. Um dos apontamentos do documento é que os grandes

beneficiados serão as empresas de transporte de cargas, donas de 70% das frotas brasileiras.

“Retirar recursos dessas áreas, após o efeito devastador que a Emenda à Constituição (EC) 95/2016 teve e terá ao congelar gastos sociais pelos próximos vinte anos, é praticamente inviabilizar uma educação e saúde públicas, gratuitas e voltadas aos segmentos mais pobres e carentes de serviços do Estado” é um trecho do texto.

A nota ainda faz uma retoma-

da da Medida Provisória 838/2018, que deixa claro “o objetivo de precarizar para privatizar”. Ao final, o Proifes informa que a federação e seus sindicatos federados “combaterão mais este inaceitável ataque à educação pública brasileira, reafirmando que a compensação pela capitulação do governo diante da greve dos caminhoneiros não pode vir da retirada injusta de mais recursos das áreas sociais, já com seu futuro ameaçado. O texto completo está no site do Adufc-Sindicato.

Maria Ieda Burjack: “passávamos por uma fase com baixíssimos salários”

Além da luta política, a Sede Campestre foi adquirida durante a 7ª presidência

A professora Maria Ieda Burjack foi presidente do Adufg-Sindicato em duas gestões seguidas, em 1989 e 1993. Ela era do Departamento de Geografia, que considerava “muito bem engajado” à época. Docente da UFG há bastante tempo, já tinha envolvimento com a associação, atuando em várias gestões em funções diversas como tesoureira, secretária e representante. “A associação, na verdade, já atuava como um sindicato. A função dela sempre foi essa: de lutar pelos interesses dos professores”, disse. Nos anos de engajamento sindical, manter o envolvimento dos professores era um trabalho constante, afinal, os direitos já conquistados podiam ser facilmente perdidos, conta Burjack.

Era uma luta contínua: “estas mudanças são complexas, depende de um diálogo grande com os professores, mudando talvez um pouco a visão para que vejam que o professor é trabalhador e que ter um sindicato é importante para todo trabalhador para manter conquistas ou conseguir conquistas”. Ela lembra que sua gestão enfrentou o primeiro grande processo – e vitória jurídica – sobre a equiparação dos professores. “Nós éramos celetistas e passamos para estatutários. Os professores que tinham se aposentado como celetistas continuaram ganhando como celetista. Naquela época, o professor Hélio acompanhou tudo, estava lá batalhando com a gente”, afirma.

Fora isso, Ieda diz que não destaca nenhuma passagem da sua gestão e elogia a atuação dos então associados. “Não posso dizer que teve a maior conquista ou o maior obstáculo. Foi uma época de participação muito grande”. O mesmo comentário não pode ser feito, porém, em relação ao Ministério da Educação, que ela disse ter sido “muito complicada”.

“Passávamos por uma fase com baixíssimos salários, tínhamos greves de longo período, 100 dias de greve. Foram várias greves em que a universidade realmente parava”, conta. Na época as paralisações foram um instrumento de

luta muito grande e efetivo, com bons resultados. Mas não era fácil. “Teve greve em que até pedimos alimentos. Uma vez o governo segurou o pagamento e foi um desespero geral. Fizemos campanha, pedimos comida e conseguimos um caminhão de comida”, lembra. No meio da luta havia espaço, mesmo assim, para a alegria. A professora se lembra de uma festa realizada no Parque de Exposições Agropecuário: “Foi uma festa imensa, com uma participação muito grande, foi quase um desabafo pelo estresse da greve. Foi um fluxo de momentos, momentos muito ricos”.

Estabelecer um maior controle do caixa da associação, além de começar a falar em investimentos de estrutura foi um dos aspectos da gestão de Ieda. “A gente conseguiu ser mais sólido em termos de dinheiro. Conseguimos comprar nosso primeiro computador. Ficamos com ele um bom tempo. Começamos a nos organizar melhor nesse sentido, demos mais firmeza ao sindicato”, conta. E se lembra que realizou as primeiras campanhas publicitárias em veículos de grande circulação: “fazíamos até *outdoor* na rua, inserção na televisão, em defesa da universidade. O sindicato era bem simplesinho, mas gastávamos muito em campanhas para envolver a comunidade”.

Ela conta que as campanhas tinham retorno porque todo mundo via televisão, quando a universidade saía de seu próprio espaço, a imprensa dava cobertura às ações. Por isso, a então associação procurava entrar na comunidade e divulgar a instituição. “Fazíamos passeata. Fizemos uma passeata em silêncio, uma vez. E aí todo mundo quer saber o porquê disso, né? (risos)”, reconta.

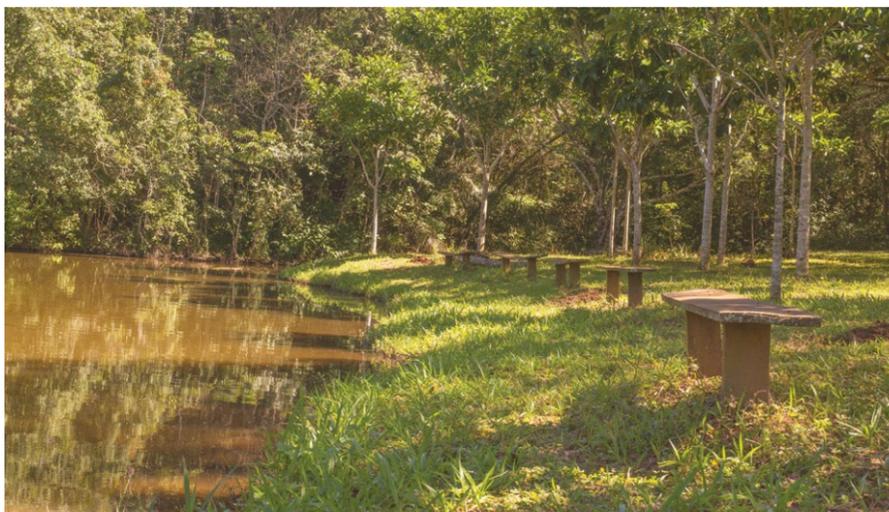
4ª Diretoria

Anterior à gestão de Ieda, esteve à frente do Adufg-Sindicato o professor Sidney Valadares, entre os anos de 1985 e 1987. Porém, tanto ele quanto o seu 2º vice-presidente, o professor Ary Monteiro, declararam não ter interesse de participar da retrospectiva do Jornal do Professor sobre os 40 anos do sindicato.

Fotos: Bárbara Zaiden



A professora foi presidente entre 1989 e 1993, em duas diretorias



Sede Campestre: lazer e descanso em área de preservação do cerrado

Sede Campestre, uma aquisição necessária

O espaço onde hoje está localizada a Sede Campestre foi adquirido ainda na gestão da professora Maria Ieda, em 1991. Foi quase por acaso: “éramos pobres em termos de recurso. Recebemos um dinheiro inesperado, que era do imposto sindical”, afirma a professora. Várias foram as discussões sobre o que fazer com o montante. Devido às incertezas econômicas e com a implementação do Plano Collor, havia uma urgência em investir o dinheiro”.

As principais propostas que surgiam nas discussões eram para adquirir uma sede social ou administrativa. Os professores preferiram uma área de lazer. “Daí compramos a área de lazer. Se não me engano foi no último ano da minha gestão. Foi um grande investimento”, disse.

A sede foi resultado de uma longa procura. “Procuramos muito por uma área de lazer. O pessoal não queria nada na cida-

de, porque aqui já tinha clubes. Queriam fora da cidade, mas que também não fosse longe”. Mesmo na época, ela disse que esteve muito em pauta a questão do papel do sindicato, dividido entre o social e o político. Ieda defende que embora o político seja o mais importante, “uma coisa não exclui a outra”. Sobre este período, apesar das dificuldades e conturbações, ela diz sentir falta: “tenho saudade sim. Hoje eu participo de algumas coisas, mas não estou engajada mais no movimento”.

Recentemente a Sede Campestre foi transformado em uma Reserva do Patrimônio Particular (RPPN) e será aberta para visitação de estudantes e pesquisas acadêmicas sobre o cerrado. O espaço passou por uma série de investimentos, possui piscinas, parquinhos, um lago para pesca esportiva, quiosques para churrasco e chalés para pernoite.

Violência contra a mulher: perspectiva multidisciplinar

A sociedade ainda patriarcal e os altos índices de violência contra a mulher exigem reflexão

O livro *Violência contra as mulheres* é uma compilação de textos de diversos autores e autoras brasileiros sobre violência contra a mulher, numa perspectiva multiprofissional e de Direitos Humanos. Os colaboradores são professores e estudantes de diversas universidades.

O mapa de violência de 2016 traz dados preocupantes. Nesse mesmo ano, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil

brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4%. Já a taxa de homicídio de mulheres negras aumentou 15,4% em 10 anos. Goiás, Pará e Roraima se destacam entre os estados que mais matam mulheres. Em 2011, em Goiás foram mortas 8 entre 100 mil mulheres. Até 2014 as taxas continuam entre 8 e 10. Em 2016 foram 6 assassinatos para cada 100 mil mulheres. No mesmo ano, Goiás teve 598 vítimas de estupro.

Arquivo pessoal



Tatiana é professora da UFJ

A organizadora, professora Tatiana Machiavelli, explica que a motivação são os altos índices de violência contra mulheres no Brasil. “A gente percebe que as mulheres continuam sofrendo, sendo subjugadas, tendo seus direitos lesados. Não podendo exercer de forma igualitária os seus direitos nos diferentes contextos, tanto no âmbito privado quanto no âmbito doméstico. Goiás continua se destacando, infelizmente, com um dos maiores índices, principalmente de feminicídio, que é a morte de mulheres pela sua condição, uma questão de gênero”, disse.

Alguns dos temas abordados em “Violência contra mulheres: direitos e políticas em perspectivas multidisciplinares” são: a relação da violência contra mulheres e a possibilidade de enfrentamento no contexto escolar; violência obstétrica; legislação existente, em especial a lei Maria da Penha; e assédio moral e sexual. Ao todo, são dez capítulos.

O livro é resultado de pesquisa, traz dados numéricos e qualitativos, mas também relato de experiências, de intervenção e práticas profissionais. “Esse conteúdo pode contribuir para que tanto estudantes quanto profissionais de diversas áreas possam repensar as suas práticas e problematizar as intervenções no âmbito da violência de gênero”, explica a professora, que é do curso de Psicologia da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

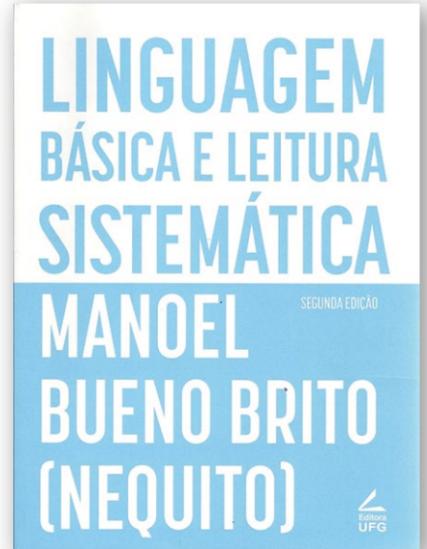
Violência contra mulheres: direitos e políticas em perspectivas multidisciplinares

Tatiana Machiavelli Carmo Souza (org.) / Editora UFG

Linguagem básica e leitura sistemática

Manoel Bueno Brito (Nequito)
Editora UFG/ 380 páginas / 2ª edição

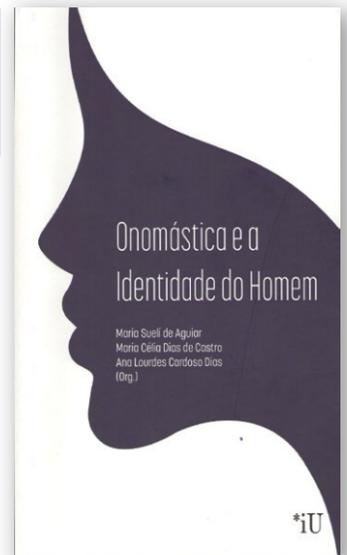
A apresentação do livro, no prefácio, é de João Ernandes de Souza. “O livro é, antes de tudo, um desafio à inteligência e à criatividade do professor e do aluno. Nequito não colocou nele um receituário de exercícios e de nomenclatura, mas apenas selecionou materiais de excelente qualidade e indicou caminhos. Assim, seu livro jamais pode ser tomado como mais um (entre tantos!) manual de ensino de Língua Portuguesa: nele não há esquemas, nem nomenclatura a serem memorizados; não há distanciamento nem fragmentação da realidade. Enfim, nele, não há truques “facilitadores” da aprendizagem, mas há, sim, um material instigante, denso, substancioso e uma sugestão metodológica plausível, sensata e amadurecida que desafiam a inteligência e estimulam a criatividade, evidenciando-se, assim, uma atitude respeitosa do autor aos seus colegas professores e aos alunos que, por ventura, adotarem o seu livro”.



Onomástica e a Identidade do Homem

Maria Sueli de Aguiar, Maria Célia Dias de Castro, Ana Lourdes Cardoso Dias (org.)
Editora Imprensa Universitária/ 432 páginas

A onomástica tem dois componentes maiores, a antroponímia e a toponímia, que se referem a duas realidades importantes para os seres humanos. A antroponímia diz respeito à necessidade de singularizar com um nome, um lugar, ou uma entidade do espaço geográfico. A toponímia diz respeito a identificar os indivíduos das sociedades. Em geral, a onomástica se refere aos nomes, e estes não são realidades idealizadas por uma atividade mental dos homens. Os nomes se referem a realidades extralinguísticas, isto é, a seus referentes, que são entidades da natureza ou da cultura.



A formação de um campo político na América Latina: as organizações indígenas no Brasil

Libertad Borges Bitencourt
Editora UFG/ 248 páginas

O livro transita entre a história e a antropologia. O assunto abordado ainda é pouco estudado pela historiografia brasileira: as organizações. Trata de uma questão sempre presente no contexto latino-americano: a de pensar o lugar do indígena no conjunto da nação. E entender a visão dos indígenas com base em suas próprias organizações.



Corais Infante Juvenil
e Vozes do Adufg



Fotos: José Abrão e Bruno Destéfano

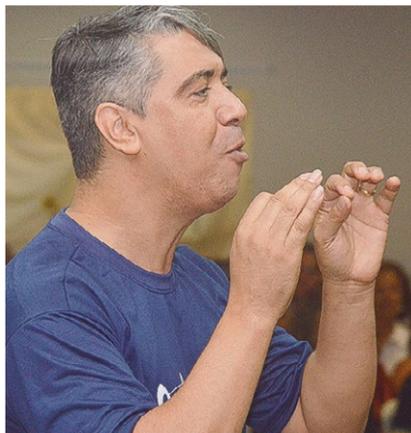
Coral promove integralização e auto-confiança em crianças

As atividades exigem concentração e a execução de trabalho em grupo

Os benefícios do Coral Infante Juvenil do Adufg já podem ser notados nas vidas das crianças que participam das atividades. Os pontos positivos, tanto para os pequenos quanto para os adultos, vão além do enriquecimento cultural por meio do contato com a música. Os corais têm característica de promover a integralização e a socialização.

Mas, para os pequenos ainda em fase de formação existe um aspecto ainda mais importante. "O coral proporciona aumento na concentração, pois é um trabalho que precisa ser realizado em conjunto. É essencial a atenção aos ritmos e às notas", explica o regente Siro Pontes.

Esse é o caso de Maria Eduarda, que apresenta mudanças substanciais desde que começou no coral do Adufg-Sindicato. Com 9 anos, ela tem dificuldades em socializar



Siro Pontes já notou melhorias no comportamento das crianças

com outras crianças. Desde que começou as atividades, as mudanças foram visíveis para a família. Ela e o irmão Vinícius, de 7 anos, frequentam as aulas juntos.

"Ela é muito tímida em lugares diferentes, geralmente não se

envolve. Com o coral ela desenvolveu mais a questão social, de brincar com outras crianças, de se abrir mais. Em casa, com a família, ela já era amorosa, mas ficou ainda mais. Mais paciente, mais tranquila, mais focada", conta Vanderlei Dias Melo, pai de Maria Eduarda e Vinícius. Ele ainda completa: as crianças não podem nem pensar em não ir aos ensaios. Vanderlei descobriu o coral do sindicato devido à participação dos colegas das crianças na escola.

O professor Siro relata que no dia do aniversário da pequena Maria Eduarda, ela preferiu ir ao ensaio, que já estava agendado, a comemorar a data. E o pai confirma, rindo: "foi uma confusão em casa por causa disso". A explicação para a mudança de comportamento dela não é difícil de encontrar: "trabalhamos a disciplina, a autoconfiança, a

capacidade de se apresentar em público. A dimensão é maior que simplesmente o ato de se apresentar", explica o regente Siro Pontes.

"Criamos este coral especialmente para crianças, independente se sejam ou não filhos de professores. As portas estão abertas a todos. O aprendizado deve ser transmitido de forma acessível e este deve ser o nosso princípio basilar", destaca o diretor do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva.

A professora Ormezinda lembrou o longo caminho e os apoios para consolidar o projeto. "São muitas emoções, mas o que sinto no meu coração é gratidão quando repasso a nossa história como coral e quem fez parte disso tudo. Afinal, a marca da gênese do nosso coral é amor. Amor pela música, amor pelo canto, amor pelas pessoas", disse.

Encontro de Corais

No mesmo ano em que o Adufg-Sindicato comemora 40 anos, o Coral Vozes do Adufg completa oito anos de sua criação. Para celebrar a data foi organizado mais um tradicional Encontro de Corais, na quarta edição. A primeira apresentação do Coral Infante Juvenil foi no evento, nos dias 16 e 17 de maio, na Sede Administrativa do sindicato. Onze grupos de corais se apresentaram.

A música tem a força de unir pessoas com diferentes experiências de vida pelo arranjo de sonoridades em uma mesma sintonia. Cantar em um coral é, acima de tudo, uma prática de cons-

tante aprendizado. A imersão em se encontrar afinções únicas que interajam entre si exige trabalho em conjunto, força de vontade e uma grande paixão pelas pessoas que compõem o projeto.

Nada mais justo do que celebrar estas vivências em comum com outros corais que também realizam os mesmos processos, só que em outros contextos e experiências. Por isso, o Adufg-Sindicato valoriza os corais que representam o sindicato e promove encontros e eventos para incentivar a manutenção das atividades.

"Vamos ampliar o evento porque nosso espaço já é pequeno para ele. Vale a pena investir



Guilherme Fernandes

A celebração de 8 anos foi durante o Encontro de Corais

na música, que é extremamente importante para a construção cultural de todas as pessoas. É um prazer para nós fazermos parte de um projeto social tão bonito que é o Coral Vozes e o próprio Encontro de Corais em si. É cantando que você leva alegria e ultrapassa barreiras", destaca o presidente do Adufg-Sindicato, Flávio

Alves da Silva.

Ainda durante o evento, os professores Flávio Alves da Silva; Ana Christina Kratz; Beneval Rosa; Daniel Chistino; Fernando Pereira; o regente Siro Pontes e o co-repetidor Marcos Santos receberam homenagem por contribuir diretamente com os projetos de coral do Adufg-Sindicato.

Os anos rebeldes de Jane Sarques

A professora saiu do interior de Minas Gerais em busca de educação e trabalho e encontrou os dois na UFG

A professora Jane Sarques conta que nunca esperava se tornar professora, ainda mais de uma universidade federal. Na verdade, tudo na vida de Jane foi fora dos planos. “Eu fui criada para ser mãe, dona de casa e esposa obediente, mas sempre fui uma pessoa muito rebelde”, conta ela. Hoje aos 78 anos, a professora, nascida em Canápolis (MG), revela que desde que pequena tinha um perfil questionador, de não aceitar os tabus como eram impostos. Ainda menina, “não queria brincar de boneca, queria o brinquedo dos meninos”, lembra.

A postura independente e decidida acompanha Jane em toda a trajetória. Ainda criança se mudou para Uberlândia, onde fez o início da sua vida. Casou cedo, com 17 anos, pouco depois de terminar o antigo ginásio. “Foi lá que me criei, me casei e tive três filhos. Até hoje me lembro das coisas que aprendi no Colégio Estadual de Uberlândia”, conta. Porém, logo veio o divórcio e com ele a vontade e a necessidade de conhecer outras paisagens: “vim pra Goiânia para ter a oportunidade de trabalhar e estudar aqui, porque em Uberlândia havia muito preconceito”, conta, “homem e mulher divorciada podia até entrar no Uberlândia Clube, mas não podia dançar”.

Por aqui, jovem e com três filhos, ela fez Curso de Enfermagem e terminou o científico no Liceu de Campinas e no Lyceu de Goiânia, sempre trabalhando. Quando chegou a hora da graduação, a Comunicação Social, área em que iria lecionar por toda sua carreira, não foi sua primeira opção. Na verdade, não foi a segunda. Nem a terceira. “Eu queria fazer Medicina, mas não passei”, conta ela, que também tentou outros cursos de biológicas antes de ampliar seu leque de opções. “Fui fazer o Curso de Jornalismo. Pensei: gosto de ler, de escrever (risos)”, comenta, “acho que todo aluno de Jornalismo já pensou assim”.

Quando entrou para o Curso de Jornalismo, entrou para o quadro de funcionários da UFG, como laboratorista no Hospital das Clínicas. A primeira experiência como comunicadora veio



Guilherme Fernandes

*Jane Sarques
enfrentou o
conservadorismo
e se fez mulher
livre e professora*

O sindicato na terceira idade

Foi parte desta falta que a levou, poucos anos depois, a procurar o Adufg-Sindicato com uma proposta para os aposentados. “Perguntei se não tinha nada no sindicato que eu pudesse fazer. Porque eu não aguentava mais ficar em casa”, conta. Nascia, então, o Grupo Travessia. Na primeira reunião foram apenas 12 participantes. “Nosso primeiro objetivo é nos encontrarmos para estreitar amizade e ter como conversar uns com os outros como fazíamos na Academia. Em casa, quando estamos aposentados, acaba que só temos conversa com os parentes. Dessas reuniões no sindicato surgiram muitas amizades e o grupo foi crescendo”, recorda. Hoje já são quase 100 pessoas que participam das ações.

Nas reuniões há sempre espaço para a proposta de novas atividades. São dois encontros mensais, a primeira é de planejamento e a segunda é um encontro festivo. As atividades são diversificadas. “Fizemos um projeto para exposição de arte e artesanato dos professores aposentados, pois muitos professores aposentados fizeram cursos de pintura, de artesanato. Também fizemos o projeto do Sarau com professores que tocam, que cantam e que

repercutiu muito bem entre os aposentados”, conta Jane.

O que mais agrega, segundo a coordenadora, são as viagens. A ideia é tentar fazer duas viagens por ano: uma no Brasil e outra no exterior. “A primeira viagem que nós fizemos foi para Alto Paraíso, nos sentimos garotas de novo, subindo em pedra, indo em cachoeira”, lembra em meio a risadas. “Este ano vamos fazer uma curta viagem a Caldas Novas em junho. No segundo semestre vamos fazer outra para a Itália”, revela os planos.

O Travessia já viajou para João Pessoa, Natal, Fortaleza, Foz do Iguaçu, Salvador, entre outros lugares no Brasil. Pro exterior, fizeram uma viagem de 18 dias em cinco países da Europa, visitaram o leste europeu e, na América do Sul, visitaram a Colômbia. A lista é tão grande que Jane nem consegue se lembrar exatamente quantas foram as viagens ao todo.

Ela conta que o Travessia é um projeto de muito orgulho: “esse será nosso oitavo aniversário e ninguém saiu do grupo. São oito anos de muita alegria, porque o pessoal que frequenta constantemente já se tornou uma família. Nós gostamos de estar uns com os outros e isso está cada vez melhor. Eu me sinto muito realizada”.

no segundo ano da graduação, quando passou a integrar a equipe da Assessoria de Comunicação da Reitoria como estagiária. “Depois pedi e fui transferida para a área de Relações Públicas e depois fui para chefia, que era um cargo de confiança. Fiquei lá até o final da gestão”, conta a professora, que já começava a transitar pela Comunicação entre Jornalismo e Relações Públicas.

Porém, quando terminou, ela não foi para o mercado. Foi secretária da antiga Escola de Agronomia e Veterinária por dois anos e prestou concurso para Auxiliar de Ensino, na UFG. Ela passou no concurso e atuou por dois anos antes de fazer seu mestrado na UnB e, pouco depois, um doutorado em Bruxelas, na Bélgica. “Foi uma época intensa, um clima difícil com muito frio e muita chuva. Fui com 80% de compreensão e 50% de expressão no meu francês. Então ainda demorei um pouco para dominar a língua”. Foi bem sucedida, apesar dos desafios, e retornou para lecionar no então Departamento de Comunicação, hoje Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), onde ficou até se aposentar.

Mas isto não foi o fim da sua carreira acadêmica. Jane Sarques ainda retornaria brevemente à UFG como professora substituta e ajudou a criar a graduação em Jornalismo da então Alfa, hoje Centro Universitário Alves Faria (Unialfa). “Algumas pessoas da banca já me conheciam e acharam que eu devia ser a coordenadora do Curso de Jornalismo e formar o corpo de professores. Depois de quatro anos o curso foi aprovado com letra A”, lembra com orgulho.

Jane encerrou sua carreira acadêmica em 2006. De toda a experiência na UFG e na Unialfa, ela diz que não sente falta exatamente de lecionar, mas sim do relacionamento com os alunos e do convívio, um outro tipo de aprendizado. “Eu sinto falta dos alunos. Eu sempre gostei de conviver com os jovens”, conta, “eu sempre me dei bem com o pessoal de Jornalismo e de RP. Muitos dos meus alunos são meus amigos, levei pra docência. Sinto falta dos colegas professores”.